

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Do Sr. Raul Jungmann)**

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor Fábio Luís Lula da Silva.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelênciia, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do senhor FÁBIO LUÍS DA SILVA, CPF 262.583.758-63, no período compreendido entre 01/01/2003 até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, antes de 2002, quando Lula ainda não tinha assumido o poder, Lulinha era monitor do Parque Zoológico São Paulo, com salário pouco superior a R\$ 600,00. Em 2005, Lulinha já era sócio da Gamecorp, que recebeu investimentos de R\$ 5,2 milhões da Oi/Telemar. Em 2006, ocorreu novo aporte de R\$ 10 milhões da Oi/Telemar a título de compra antecipada de comerciais de TV no Canal 21 em UHF-SP. A Gamecorp alugava 6 horas da programação diária desse canal, de propriedade da Rede Bandeirantes, para transmitir o programa PlayTV. Coincidemente, a Rede Bandeirantes obteve acréscimo de receitas de publicidade governamental nesse período e a Oi foi beneficiada pelo decreto presidencial, em dezembro de 2008, que permitiu a aquisição da Brasil Telecom pela Oi. Além disso, o BNDES financiou grande parte dos seus investimentos com financiamentos do BNDES a partir de 2006 (R\$ 12,2 bilhões).

O BNDES possui participação de 4,68% no capital acionário da Oi. Realizou aportes consistentes, da ordem de R\$ 12,2 bi, por meio de financiamento dos planos de investimentos da companhia nos ciclos 2006-2008 (R\$ 2,4 bi), 2009-2011 (R\$ 4,4 bi) e 2012-2014 (R\$ 5,4 bi).

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

A situação financeira da empresa Oi atualmente não é das melhores. No balanço patrimonial, a empresa registra dívidas de longo prazo da ordem de R\$ 40,9 bi (consolidado 2014), sendo R\$ 31,4 bi na conta Empréstimos e Financiamentos. Em contrapartida, possui Capital Social de R\$ 21,4 bi e registra Prejuízos Acumulados de R\$ 4,0 bi, que entre outras rubricas de menor relevância totaliza R\$ 19,3 bi no Patrimônio Líquido.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2015.

Dep. Raul Jungmann
PPS/PE